

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 28 de março de 2019 às 08h19*  
*Seleção de Notícias*

## Estadão.com.br - Últimas notícias | BR

Entidades

**Cybersegurança: um novo desafio para a arbitragem . . . . . 3**

## G1 - Globo | BR

Patentes

**Produtores de soja de 10 estados pedem depósito da Bayer por royalties de semente . . . . . 5**  
ECONOMIA

## UOL Notícias | BR

28 de março de 2019 | Pirataria

**Bolsonaro, 1964 e o negacionismo como política . . . . . 7**

## Veja.com | BR

Direitos Autorais

**O artigo 13 da Europa acaba com o YouTube, os memes, toda a internet? . . . . . 10**

## Yahoo! Notícias Brasil | BR

Patentes

**Acordo entre Brasil e EUA para base espacial de Alcântara tem pontos polêmicos . . . . . 13**

## Abipti | BR

26 de março de 2019 | Marco regulatório | INPI

**Ampliado acordo com Dinamarca para modernizar setor público e de PI . . . . . 15**

## DCI Online | SP

28 de março de 2019 | Inovação

**EXCLUSIVO-China faz proposta sem precedentes sobre transferência de tecnologia, desafios  
continuam, dizem autoridades dos EUA . . . . . 16**  
MUNDO

## Cybersegurança: um novo desafio para a arbitragem

Quem tem o domínio dos dados detém o poder de mercado para checar as preferências, manipular tendências e lançar novos produtos. Esse poder vem acompanhado de grande responsabilidade, pois a vida de uma pessoa ou de uma empresa pode ser esquadrinhada pelos dados que circulam no ambiente digital e o vazamento de informações não autorizadas pode ser devastador.

Em razão da ausência de regulamentação específica e má utilização de dados por diversos agentes, a reação regulatória ao tratamento de dados tem sido intensa. No Brasil, seguindo a toada da principal regulamentação sobre a matéria (EU General Data Protection Regulation -- GDPR), em 2018 foi promulgada a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, por pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, com intento de proteger a privacidade e liberdade das pessoas.

Com a entrada em vigor da LGPD em 15 de agosto de 2020, todos os agentes que tratam dados deverão se adequar aos dispositivos do diploma legal sob pena de responsabilização por eventuais infrações em decorrência do tratamento de dados pessoais.

Nesse contexto, a prática da **arbitragem** também é atingida, pois sendo o procedimento arbitral permeado pela sensibilidade e confidencialidade características do instituto jurídico, também será alvo das regras que passarão a vigorar em matéria de proteção aos dados pessoais.

De acordo com a pesquisa CBar -- Ipsos sobre a **arbitragem** no Brasil, a confidencialidade foi considerada um dos principais atributos do procedimento e um dos maiores atrativos para as partes escolherem esse meio de resolução de conflitos em detrimento às disputas judiciais perante o juízo estatal. No entanto, diante dos conhecidos **cyberattacks**, o sigilo das informações trocadas nas arbitragens passa a ser um desafio para o instituto.

Sobre a questão, pelo menos duas entidades já têm convidado a comunidade arbitral para o debate, com a elaboração de protocolos de segurança de dados para procedimentos arbitrais.

Um desses grupos foi criado pelo *International Institute for Conflict Prevention and Resolution (CPR)* e o *International Council for Commercial Arbitration (ICCA)* em conjunto com o *New York City Bar Association* e recebeu o nome de *Working Group on Cybersecurity in Arbitration*.

O Working Group, na esteira do debate mundial sobre proteção de dados, elaborou o "*Cybersecurity Protocol for International Arbitration*", que identifica os riscos de vazamentos de dados em arbitragens internacionais, fornecendo bases suficientes para proteção dos dados trocados no curso de procedimentos arbitrais. Outra iniciativa mundial é a força tarefa conjunta da ICCA com a **International Bar Association (IBA)** para a criação de um guia prático de proteção de dados, que busca identificar os momentos em que a proteção deve ser levada em conta no curso de procedimento arbitral. O guia é baseado na Lei Geral de Proteção de Dados da União Europeia e terá sua primeira versão lançada em março de 2019 para comentários do público.

O Protocolo elaborado pelo Working Group do CPR, em seu Capítulo C que trata de Práticas Gerais de Cybersegurança, propõe algumas diretrizes para tornar o ambiente da arbitragem mais seguro. Podemos destacar a criação de controle de acesso mais sofisticados; o uso de firewalls, antivírus e antispyswares, bem como de data rooms em que a informação possa ser armazenada e acessada de forma segura e confiável pelas partes e árbitros; a adoção de protocolos de encriptação de dados armazenados e transferidos, dentre outras soluções.

Além das medidas de caráter técnico, existem medidas que dependem de mudanças comportamentais e da cooperação das partes, como evitar o uso de si-

Continuação: Cybersegurança: um novo desafio para a arbitragem

nais públicos de wifi, privilegiando sinais privados de internet (VPNs), instalar e acessar apenas arquivos de fontes conhecidas, manter padrões de segurança que permitam a criptografia dos dados tanto para os computadores quanto para os dispositivos móveis utilizados para acesso.

É fundamental que as partes determinem logo de início como se dará o uso e o compartilhamento de toda estrutura utilizada para garantir a segurança dos dados trocados no curso do procedimento arbitral. Cada agente atuante deve entender a estrutura de manutenção e armazenamento de dados e engajar-se no controle dos riscos de vazamento das informações confidenciais trocadas ao longo do procedimento arbitral.

Desta preocupação emergem duas questões a serem enfrentadas pelos agentes da prática arbitral: as questões ligadas aos custos para implementação das medidas de controle das informações e à responsabilização daqueles que não atenderem os padrões esperados e acordados para a proteção dos dados trocados ao longo do procedimento.

Com relação aos custos, não são raras as situações em que existe uma disparidade de recursos entre as partes ou até mesmo entre a partes e seus patronos ou árbitros. A depender do nível de proteção a ser delineado, pode existir a necessidade de definição da

justa repartição dos custos atrelados à implementação dos requisitos técnicos de proteção de dados.

Com relação à responsabilização pelo vazamento dos dados, o Protocolo do CPR propõe que as partes definam logo de início o que constituiria uma quebra de sigilo, quem e quando o vazamento ou a suspeita deste deve ser notificada, os passos a serem adotados para mitigar os impactos nocivos, dentre outras hipóteses.

Dessa questão ainda deriva eventual necessidade de se definir as sanções, bem como os poderes garantidos aos árbitros para aplicar tais sanções que não são ligadas ao litígio em si, mas que permeiam o procedimento arbitral.

Como se vê, muitas são as indagações que precisarão ser enfrentadas pelos agentes participantes da prática arbitral para que a **arbitragem**, mais uma vez, prove que marcha conjuntamente com a evolução das sociedades em que está inserida, demonstrando sua capacidade de manter padrões razoáveis de proteção às informações trocadas no curso do procedimento de forma a garantir a credibilidade do instituto.

Tatiana Campello e Camila Biral\*

# Produtores de soja de 10 estados pedem depósito da Bayer por royalties de semente

ECONOMIA

*Liminar obriga a gigante do agronegócio a depositar em juízo o que foi cobrado de sojicultores pela antiga Monsanto, mas decisão abrange apenas o Mato Grosso.*

Associações de produtores de soja de outros 10 estados brasileiros pediram à Justiça que seja estendida a elas liminar que obriga a gigante do agronegócio Bayer a depositar em juízo os royalties cobrados pela semente Intacta RR2 Pro, de acordo com um documento visto pela Reuters.

Atualmente, tal decisão vale para a Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja-MT), mas, segundo petição protocolada no último dia 13 na Justiça daquele estado, as Aprosojas de Piauí, Amapá, Pará, Bahia, Maranhão, Paraná, Rondônia, Santa Catarina, Tocantins e Goiás também requerem que seus associados sejam contemplados.

O imbróglio envolvendo produtores de soja e a Bayer começou no fim de 2017, quando a Aprosoja-MT foi à Justiça Federal, alegando que o registro da **patente** da Intacta não estaria cumprindo os requisitos legais previstos na Lei de **Propriedade Intelectual**.

Em julho de 2018, o juiz responsável pelo caso ordenou que os royalties pagos pelos produtores pelo uso da semente de soja fossem depositados em juízo pela companhia até o fim do litígio da patente, que pertencia à antiga Monsanto, companhia adquirida no ano passado pela Bayer. A proteção vai até outubro de 2022.

Só em Mato Grosso, o cálculo é de que os depósitos pela Bayer seriam de quase R\$ 800 milhões. O valor iria a R\$ 2,6 bilhões se a Justiça decidisse pelo mesmo para os outros 10 estados, disse uma fonte a par do caso, pedindo anonimato.

Na petição, as Aprosojas alegam que a validade da **patente** da Intacta é nula e requerem "a extensão da liminar para todas as demais associações que ofertaram tempestivamente seus pedidos de habilitação nestes autos, a fim de que a Monsanto seja obrigada a realizar o depósito judicial dos royalties recebidos pela exploração da tecnologia Intacta RR2 Pro dos associados das ora peticionárias desde 3 de julho de 2018 (data do deferimento do pedido liminar subsidiário)".

Procuradas, as Aprosojas de Piauí, Bahia, Paraná, Santa Catarina, Tocantins e Goiás não responderam de imediato. A associação do Pará confirmou o assunto.

Não foi possível entrar em contato com as Aprosojas de Amapá, Rondônia e Maranhão.

A Bayer disse que vai se manifestar no processo judicial, tanto em relação à demanda das outras Aprosojas quanto ao pedido da associação de Mato Grosso.

Um outro documento ao qual a Reuters teve acesso mostra que a Aprosoja-MT entrou com petição na Justiça pedindo que a Bayer deposite em juízo royalties que, segundo a associação, foram devidamente pagos pelos produtores mato-grossenses, mas não depositados pela empresa.

No início de fevereiro, a Reuters revelou que tal depósito judicial estava abaixo do acordado, segundo avaliação dos sojicultores daquele Estado.

A Aprosoja-MT alega, na petição protocolada na Justiça de Mato Grosso, que a Bayer depositou apenas 4 por cento do montante total pago pelos produtores, ou 11,23 milhões de reais.

Continuação: Produtores de soja de 10 estados pedem depósito da Bayer por royalties de semente

Pelos seus cálculos, a gigante do agronegócio deveria ter depositado até agora 280,69 milhões de reais, efetivamente recebidos dos produtores.

Conforme o documento, a entidade pede multa diária "em valor não inferior a R\$ 200 mil... até que seja efetuado o depósito da integralidade dos royalties recebidos pela Monsanto, ante o reiterado descumprimento da medida liminar".

Ou seja, os produtores estão cobrando que a Monsanto também deposite o saldo do montante de royalties recebido no Estado, até que se chegue ao valor estimado de quase R\$ 800 milhões.

Procurada para comentar o assunto, a Aprosoja-MT não respondeu de imediato.

Anteriormente, contudo, a associação já havia dito que "enquanto os produtores rurais seguiram cum-

prindo sua parte realizando os pagamentos, novamente a empresa demonstra desrespeito e falta de transparência não realizando o pagamento conforme determinado pelo Judiciário".

A Bayer, por sua vez, já disse que "cumpru e cumpre rigorosamente todas as decisões judiciais" e que "valoriza o diálogo e a transparência em suas comunicações e lamenta a atitude da Aprosoja-MT com claro propósito difamatório".

"A Bayer permanece segura quanto à validade de suas patentes e dos demais direitos relativos à propriedade intelectual e tem certeza de que, assim como inúmeras outras empresas de pesquisa e desenvolvimento, contribui com inovações importantes para o crescimento da agricultura no Brasil."

## Bolsonaro, 1964 e o negacionismo como política



(Crédito: Marcos Corrêa/PR)

### \*Igor Tadeu Camilo Rocha

Na semana que marca os 55 anos do golpe de 31 de março de 1964, que deu início ao mais recente período ditatorial da história republicana do Brasil, tendo chegado ao fim em 1985, o presidente Jair Bolsonaro determinou que se fizessem as "comemorações devidas" à data.

Com a iminência da solenidade, a ser realizada nesta sexta-feira (29), o assunto foi pauta de entrevista concedida pelo presidente ao jornalista José Luiz Datena, da TV Bandeirantes, na última quinta-feira (27). Perguntado a respeito, Bolsonaro negou que tenha havido ditadura no período.

Não se trata de eventos que destoem de outras declarações ou episódios de sua trajetória política, mas discuti-los em si não é o objetivo deste texto.

Pretendo aqui traçar uma breve reflexão sobre a função no debate público atual dessas reelaborações da história da ditadura militar brasileira, tendo em vista que posturas revisionistas ou negacionistas sobre o passado servem mais a ações políticas no presente do que propriamente a uma disputa pela verdade sobre o passado, aspecto que perpassa a produção e escrita da história (no âmbito acadêmico ou não) ao longo do tempo.

Em 1960, o pensador alemão Theodor Adorno respondeu, numa fala famosa, a pergunta incômoda sobre "o que significa elaborar o passado". Para ele, esse procedimento não significa reelaborar algo que passou a sério, ou, noutros termos, disputar uma verdade ou um esclarecimento histórico no âmbito científico ou acadêmico constituído segundo protocolos e critérios de verdade.

Geralmente, (re)elaborar o passado significa encerrá-lo e recontá-lo de outra maneira, constituindo uma redução de alguma questão que remeta a ele, como um trauma, injustiça ou evento limite, de maneira a circunscrever nesse "recontar a história" apagamentos de memória. Isso faz com que na narrativa histórica haja uma reelaboração completa do que se pensa sobre o que se passou, em especial no que se relaciona com culpas ligadas a grupos hegemônicos do presente.

Tal "(re)elaborar o passado", nas gerações seguintes à de Adorno, foi bastante rediscutido pelos historiadores dentro da problemática que envolveu o negacionismo ou revisionismo históricos. Artigo recente do professor da Universidade Federal de Ouro Preto, Mateus Pereira, discute a diferença dessas formas de reler o passado e seus usos no debate público do presente, analisando a memória sobre a ditadura.

Revisionismo, para ele, define uma interpretação livre do passado, que não nega necessariamente os fatos, mas os instrumentaliza para combates políticos do presente. Já o negacionismo seria a radicalização da negação de fatos do passado e do revisionismo, uma **falsificação** do fato. Ele se vale da contestação da realidade, fato ou acontecimento, na qual percebe-se uma dissimulação da factualidade que ou procura negar o poder de veto das fontes ou fabrica uma retórica com base em provas imaginárias e/ou discutíveis/manipuladas.

Historicamente, há diversos usos nos debates pú-

Continuação: Bolsonaro, 1964 e o negacionismo como política

blicos de versões do passado. Robson Loureiro e Sandra Della Fonte analisaram um caso da empresa Aracruz Celulose, que se valeu, em meados dos anos 2000, de reelaborações do passado colonial para elaborar uma cartilha, distribuída em escolas, dentro de um processo de disputa por terras com indígenas. Renato Venâncio criticou o *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil* pela mesma chave, observando no livro uma série de afirmações como verdade de pontos de vista conservadores, que tocam aspectos que remetem à história de indígenas e negros, por exemplo, de maneira a desqualificar as lutas desses grupos no presente.

Tais negações e revisões do passado encerram visões políticas mais ou menos radicais do presente. Sobre tudo os negacionismos são usados na composição de sistemas de verdade mais fechados, próprios de grupos radicais ou fundamentalistas. O olavismo, termo que remete ao comportamento anti-intelectual, afeito a conspiracionismo e negacionismos científicos, associado aos seguidores do ideólogo Olavo de Carvalho, é um perfeito exemplo disso.

Ditos tais pressupostos, podemos nos perguntar: o que, dentro do debate público, significa a exaltação que o presidente Jair Bolsonaro, no exercício de sua função, faz da ditadura militar? Há, antes de tudo, implicações éticas óbvias. Os relatórios da Comissão Nacional da Verdade mostram haver violências que ainda sequer foram devidamente estudadas pelos historiadores, como os milhares de indígenas mortos ao longo da expansão agrícola e das grandes obras no contexto do "milagre econômico" brasileiro.

Há incontáveis casos de perseguidos, desaparecidos, torturados e mortos, que incluem militares, crianças, militantes políticos e diversas outras pessoas. Fora isso, a desigualdade e concentração de renda cresceram entre 1964 e 1985. Existem mazelas o suficiente relacionadas a tal período que tornam, no mínimo, questionável o apreço de um presidente a ele - insatisfação mostrada, por exemplo, por Ministério

Público Federal, Ordem dos Advogados do Brasil e *Human Rights Watch* (Observatório dos Direitos Humanos), entre outros.

Possivelmente, com a comemoração, Bolsonaro busca um aceno para sua militância mais radical, formada por uma direita identitária, negacionista quanto à ditadura e que toma essa leitura da história brasileira como parte componente de sua visão da realidade, permeada por conspiracionismo anticomunista, fundamentalismo religioso, moralismo, punitivismo e discurso pró-armamentista. Dito com outras palavras, o presidente estaria falando para a sua "bolha", talvez devido a sua queda de popularidade apontada por institutos de pesquisa.

Dentro desse grupo de apoiadores, o presidente tem encontrado um e outro apoio em relação a sua postura sobre o golpe de 1964, como o caso do governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel e o deputado federal General Peternelli (PSL), além do declarado pelo ministro das relações exteriores, Ernesto Araújo (de maneira um tanto contraditória, diga-se). Porém, observando-se do ponto de vista pragmático, "falar para a bolha" pode também significar problemas ao presidente, haja visto críticas recentes que recebeu de uma apoiadora, a deputada estadual de São Paulo Jannaína Paschoal, ou mesmo a postura de maior cautela quanto à comemoração tomada pelo ministro da Defesa.

A despeito do Brasil ter enormes falhas, comparados a outros países que viveram mesmo trauma de uma ditadura recente, no que diz respeito a um trabalho de memória, há de se pensar duas situações relacionadas à posição laudatória do presidente quanto aos governos militares. Primeiro, que por ela remeter a um negacionismo que tende, no geral, a agradar e compor visões de mundo de grupos mais radicais de apoiadores, é de se esperar que ela não agrade apoiadores mais moderados. É de se perguntar se, de fato, esse negacionismo dos crimes e a apologia à ditadura podem ou não render capital político a Bolsonaro.



Continuação: Bolsonaro, 1964 e o negacionismo como política

Talvez, pensando a composição da sociedade brasileira, seja óbvio que ela é grande o suficiente para dar suporte a um deputado federal, mas não é possível ter tanta certeza disso tratando-se de um presidente. A segunda é que a própria oposição à ditadura tem sido um capital político significativo no Brasil pós-1989, uma vez que o próprio Bolsonaro é somente o segundo dos presidentes eleitos desde então que não tenha, em algum momento, sido perseguido ou preso pela ditadura militar em sua trajetória política.

Considerando a realidade de um presidencialismo de coalizão (em crise, mas sem uma alternativa óbvia a ele no horizonte), no qual o apoio da sociedade civil e o trânsito com as demais forças políticas são fundamentais para o sucesso do poder executivo, podemos estar diante de indicativos problemáticos ao andamento do governo.

Bolsonaro e alguns apoiadores, talvez, não observem devidamente que negacionismos como o da ditadura militar só funcionem plenamente com aqueles "iniciados", que compartilham dos "ecossistemas" de

informação específicos de redes de grupos fortemente ideologizados, e que tendem a encontrar resistência fora dele.

**\*Igor Tadeu Camilo Rocha é mestre e doutorando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais.**

\* \* \*

Este é um blog coletivo que pretende contribuir, sob diversos olhares - da comunicação à psicanálise, da ciência política à sociologia, do direito à economia -, para explicar o fenômeno da nova política. O "Entendendo Bolsonaro" do título indica um referencial, mas não restringe o escopo analítico. Toda semana, pesquisadoras e pesquisadores serão convidados a trazer suas reflexões. O compromisso é com um conteúdo acadêmico traduzido para o público amplo, num tom sereno que favoreça o debate de ideias. Convidamos você a nos acompanhar e a interagir conosco.

## O artigo 13 da Europa acaba com o YouTube, os memes, toda a internet?



Muita gente está em pânico com dois monstros inusitados. Tratam-se de artigos. No caso, os **artigos 11 e 13** (renomeados, depois de muito vaivém, de 15 e 17) da **Diretiva de Direitos Autorais da União Europeia**. Crianças, adolescentes, adultos, já estão ouvindo tanto a alcunha do Artigo 13 que o tal deve estar tão famoso quanto a malfadada Momo. Mas do que se trata tudo isso?

Primeiro, a notícia. Ontem foi aprovado pela União Europeia a Diretiva de **Direitos Autorais** - que, num mundo globalizado, conectado via cabos e satélites, acaba por afetar todos os países, todos os que acessam a web, inclusive aqui no Brasil. É uma lei que visa regular o uso de filmes, vídeos, material jornalístico etc. na **internet**. Particularmente, em grandes sites, como o YouTube, o Google, o Facebook, o Twitter. Para valer, ainda deve passar pelo Conselho Europeu, no início de abril (o que provavelmente ocorrerá).

O que causou fuzuê foram dois artigos. Falemos, antes, do 11 (agora 15). Ele exige que agregadores de notícias, como o Google News, paguem pelo uso comercial de sites de terceiros. Para compreender: se a lei fosse no Brasil, o Google teria de arcar com **direitos autorais** caso quisesse compartilhar em sua plataforma uma notícia de veja.com.

Até aí, justíssimo. O Google é uma empresa multibilionária, que sempre figura entre as mais valiosas do planeta, e conta com 100 mil funcionários. Por que seria cabível que essa gigante que move trilhões de dólares se aproveitasse - como ocorre hoje - do trabalho de outros, de mídias de bem menor envergadura econômica, para faturar ainda mais? Logo, que compartilhe os lucros.

O problema maior está é em como esse artigo poderá ser interpretado de país para país. E, não se engane, repito: em um mundo totalmente conectado, a lei acaba por impactar, direta e indiretamente, a todos.

Há brechas para que organizações menores - **leia: qualquer empresa** - que compartilhem notícias em seus perfis nas redes sociais também tenham de arcar com os **direitos autorais**. Na prática, se transporte para a realidade de carne e osso, seria como se um pequeno empresário que exibisse uma notícia aos funcionários fosse obrigado a pagar por isso (além da assinatura que teria feito da revista, do jornal, da fonte de informação).

Alguns acham que a medida pode conter as fake news, valorizando o jornalismo profissional. Mas é o contrário.

Nesse caso, pode-se inibir a disseminação de boas reportagens, por exemplo, do francês Le Monde. Enquanto se promoveria que o mesmo empresário preferisse simplesmente repassar algo duvidoso que recebeu no WhatsApp - mas sem ser processado por tal (isso, ao menos na Europa).

Outro ponto. Destaca-se no artigo que seria permitido o compartilhamento da notícia quando a intenção for "legitimamente privada e não-comercial, por usuários individuais (**leia: pessoas, não empresas**)". Mais uma vez se abre à interpretação.

Continuação: O artigo 13 da Europa acaba com o YouTube, os memes, toda a internet?

Um "influenciador" milionário que lucra com anúncios em seus Twitter, por exemplo, seria considerado um "indivíduo" ou uma "empresa"? A lei pode ser decifrada de ambas as formas.

Vamos, agora, conversar sobre o **artigo 13**, ainda mais polêmico. Ele versa que "serviços de compartilhamento online (...) devem assegurar que trabalhos de uso não autorizado (...) não sejam disponibilizados em seus serviços". Noutras palavras, se até agora o YouTube, o Facebook e cia. se esquivavam de processos de **direitos autorais**, dizendo não ser responsáveis pelo o que as pessoas publicam nas plataformas... agora isso não colará mais.

Esses sites passam, dessa forma, a serem judicialmente culpados por ferirem **direitos autorais**. Na Europa, ao menos.

Novamente, tem um lado justo. No **YouTube**, por exemplo, é fácil encontrar filmes e séries piratas. No Google, bastam uns cliques para ter acesso ilegal (e gratuito) ao texto completo de livros. Na prática, essas plataformas promovem o furto do trabalho de artistas dos mais variados. E faturam demais em cima disso.

Então, é cabível exigir medidas de mitigação e impor punições. Para, assim, acabar com o assalto aos **direitos autorais**.

Na prática, porém, isso tudo não funciona, dentro da lógica online. Só daria certo é no mundo dos anos 1980.

YouTube, Facebook e companhia dificilmente vão conseguir (ou querer) se empenhar para diferenciar o que seria o uso indevido de **direitos autorais** (pi-

ratear um filme, por exemplo) e o que seria uma paródia de um conteúdo, uma crítica de um filme etc. Há o risco de essas empresas - que obviamente se opõem à regulação - sigam um caminho fácil. Para evitar risco, podem programar algoritmos para impedir que se publique nas plataformas quaisquer trechos de filmes, séries, livros, trailers, clipes musicais e por aí vai. Assim, se um youtuber comediante quiser "zoar" uma música, sei lá, de Justin Bieber... não mais poderia fazer.

O perigo vai além. A lei ainda abre portas para ser usada para conter o uso de qualquer material autoral. Como ficariam, por exemplo, os **memes**? Estes se baseiam justamente em tirar sarro de estrelas do cinema, de notícias e tais.

Enfim, já deve saber do que se tratam os memes. No limite, a depender de como se interpreta a lei, o fenômeno viral estaria em risco. Em especial se um gigante como o Google não se esforçar (leia: gastar \$\$\$ com funcionários e desenvolvimento de novas ferramentas tecnológicas) para separar o joio do trigo.

Além disso tudo, há um outro elemento que deve ser considerado no cenário. Todos conhecem Google, YouTube, Facebook, Twitter. Portanto, é fácil fiscalizá-los.

Se neles ficar totalmente proibido tudo que foi apontado acima (como os memes), isso quer dizer que as práticas acabarão? Claro que não.

Os políticos e legisladores europeus fãs dos artigos 11 e 13 parecem ter parado nos tempos analógicos. Quando era só dizer não e ponto.

Hoje, se você diz não a um usuário do YouTube, o que ele faz? Vai replicar memes na deep web, em fóruns

Continuação: O artigo 13 da Europa acaba com o YouTube, os memes, toda a internet?

menores, via meios nada fáceis de serem fiscalizados. Nisso, o risco é retornar umas décadas, para a era pré-iTunes, pré-YouTube. Para quando o popular era o Napster e aqueles programas de compartilhamento de arquivos piratas. Se isso ocorrer, no fim a medida da União Europeia acabaria é por incentivar o crime online.

Resumo: a lei pode ser boa, pode ser ruim, dependendo da interpretação futura da mesma e de co-

mo será aplicada. O problema maior: ela foi é muito mal redigida, abrindo brechas demais, e pouco considerou que visa regular não a costumeira realidade tangível, mas o caos digital.

Para acompanhar este blog, siga no Twitter, em @FilipeVilicic, e no Facebook.

## Acordo entre Brasil e EUA para base espacial de Alcântara tem pontos polêmicos

O acordo que prevê o uso pelos EUA do Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão, divide a opinião de especialistas e gera temores nas comunidades. O governo Bolsonaro afirma que o acordo estimulará o desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro e poderá gerar investimentos de até R\$ 1,5 bilhão na economia nacional. Críticos veem, no entanto, riscos à soberania nacional e efeitos nocivos para moradores de Alcântara, entre os quais remoções de comunidades quilombolas. Alcântara é uma cidade com cerca de 22 mil habitantes e fica a 100 km de viagem de São Luís. Em nota, o Ministério de Ciência e Tecnologia afirma que o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas firmado por Bolsonaro e pelo presidente americano, Donald Trump, permitirá aos EUA e outras nações lançarem satélites a partir de Alcântara. A pasta afirma ainda que acordos semelhantes são adotados por países como China, Rússia e Índia, e buscam "a proteção de **patentes** e tecnologias".

O acordo também prevê o desenvolvimento de satélites com participação do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), entre outras entidades ligadas ao órgão. Não há mais detalhes de como será essa participação e se os órgãos brasileiros terão acesso a tecnologias americanas. O acordo depende de aprovação pelo Congresso brasileiro. No ano 2000, o então presidente Fernando Henrique Cardoso negociou uma parceria sobre Alcântara com os EUA, mas o pacto foi rejeitado por parlamentares brasileiros. Um dos pontos polêmicos do acordo tratava da entrada dos componentes americanos no Brasil. Na época, o texto definia que os itens poderiam ingressar em contêineres lacrados, sem qualquer inspeção. A conversa foi retomada na gestão de Michel Temer, com uma sugestão de texto enviada para os EUA em 2017. Os americanos responderam em 2018. Erica Resende, professora adjunta de Relações Internacionais da Escola Superior de Guerra, diz que Alcântara tem o potencial de rivalizar com o Centro

Espacial de Kourou, na Guiana Francesa, principal base de lançamentos da Agência Espacial Europeia. No entanto, na opinião de Erica, o acordo com os EUA apresenta pontos problemáticos. Um deles é a adoção de salvaguardas (proteções) tecnológicas - o que, segundo ela, impedirá a **transferência de tecnologias** para o Brasil. Isso significa que, na prática, o Brasil alugará o centro para os Estados Unidos, que decidirão quais países poderão usá-lo e quem terá acesso às tecnologias. "A base tem um custo de manutenção muito alto, e o ônus será do Brasil. Não está claro qual será o ganho econômico do acordo com os EUA", disse Erica à BBC Brasil. Em meados de 2004, após a rejeição do acordo fechado por FHC, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva negociou uma parceria com a Ucrânia para explorar o centro. Um ano depois a parceria foi cancelada: eram altos custos e poucos resultados. Vale lembrar que o Brasil passou anos tentando desenvolver um foguete Veículo de Lançamento de Satélites (VLS).

Houve três tentativas frustradas de lançá-lo de Alcântara. Na última, em 2003, o foguete explodiu em solo, causando 21 mortes. Desde então, o governo decidiu focar o desenvolvimento do Veículo Lançador de Microsatélite (VLM). Mais baratos, os satélites menores têm ganhado mercado na produção de imagens de vigilância, navegação por GPS e comunicação por internet. Mas a parceria com a Ucrânia previa a **transferência de tecnologias** para o Brasil, o que era motivo de preocupação entre os americanos. Especialistas enxergam com estranheza essa mudança de atitude com uma retórica de cooperação. Outro ponto questionável do acordo, segundo a professora, é a restrição de acesso a partes da base, que estaria prevista numa cláusula de extraterritorialidade. Os americanos argumentam que isso minimiza os riscos de espionagem tecnológica. Bases costumam provocar impactos indesejáveis onde são instaladas, como aumento no consumo de álcool, violência e prostituição.

No caso de Alcântara, o centro terá mais civis do que

Continuação: Acordo entre Brasil e EUA para base espacial de Alcântara tem pontos polêmicos

militares, mas ainda assim a presença estrangeira tende a causar impactos. Em entrevista à BBC News Brasil, o embaixador aposentado Roberto Abdenur - que chefiou a Embaixada do Brasil nos EUA entre 2004 e 2006 - elogiou o acordo com os EUA e criticou a parceria com a Ucrânia. Continue a ler "O entendimento com a Ucrânia era precário, a Ucrânia não teria condições plenas de cumprir com tudo que seria necessário. Perdeu-se tempo, perdeu-se dinheiro e não se conseguiu nada." "Eu realmente acho muito positivo esse acordo porque vai se viabilizar pela primeira vez, ainda que com muito atraso, a base de Alcântara. Como disse o ministro de Ciência e Tecnologia (Marcos Pontes), com esse entendimento com os EUA será fácil seguirmos com entendimento com outros países. Não queremos que apenas os Estados Unidos usem a base", disse Abdenur. Outro fator que preocupa são as mais de 200 comunidades

quilombolas, agrupadas em três territórios.

As áreas ainda não tiveram os processos de titulação finalizados. O centro de lançamentos está dentro de um dos territórios pleiteados, que abriga 108 comunidades. Parte da comunidade precisaria ser despejada em caso de ampliação do centro. Moradores também não foram consultados sobre o acordo com os EUA, o que, segundo especialistas, fere a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais. A convenção determina que esses grupos devem ser consultados sobre medidas governamentais que tenham impacto sobre eles. Em 2007, ao analisar uma disputa envolvendo o próprio centro de Alcântara, a Justiça Federal reconheceu a aplicação da Convenção 169 para comunidades quilombolas.

## Ampliado acordo com Dinamarca para modernizar setor público e de PI

O governo do Brasil ampliou, nesta quinta (21/3), o projeto de Cooperação Estratégica no setor de inovação com a Dinamarca, em vigor desde 2015. Nos próximos três anos, o projeto focará na transformação digital do governo brasileiro e no fortalecimento das competências na área de **propriedade intelectual** no Brasil, por meio do compartilhamento de experiências dinamarquesas.

O presidente do **INPI**, Cláudio Vilar Furtado, participou do evento realizado na Embaixada da Dinamarca em Brasília, acompanhado do diretor executivo substituto, Pedro Burlandy, e do coordenador de Relações Internacionais, Leopoldo Coutinho.

O secretário-adjunto de Produtividade, Emprego e Competitividade (Sepec) do Ministério da Economia, Igor Calvet, destacou no lançamento da iniciativa, a importância da parceria com o país europeu, referência na digitalização de serviços públicos.

Segundo o secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, Paulo Uebel, a meta do governo brasileiro é digitalizar mais de mil serviços em dois anos.

Nesta nova fase do projeto de cooperação com a Dinamarca, está prevista a realização de um treinamento do Gabinete Dinamarquês de Patentes e Marcas Registradas (DKPTO) com examinadores do **INPI** para otimizar e aprimorar processos de exames de patentes.

Como país convidado, a Argentina integrará essa nova fase do projeto de cooperação em inovação Brasil-Dinamarca.

### Experiência dinamarquesa

No começo dos anos 2000, o governo dinamarquês deu início a seu plano de digitalização. Segundo o embaixador da Dinamarca no Brasil, Nicolai Prytz, uma das primeiras avaliações é que um novo modelo de serviço público traria economia e mais transparência para atos governamentais.

A Dinamarca ocupa o 1º lugar no índice geral de desenvolvimento de governo eletrônico (E-Government Development Index - EGDI), que avalia o estado do desenvolvimento de governo digital dos 193 estados membros da Organização. O Brasil está na 44ª posição.

### Cooperação

A Cooperação Estratégica é coordenada pelo Ministério da Economia, o **INPI**, o Ministério Dinamarquês de Indústria, Empresas e Assuntos Econômicos, o Gabinete Dinamarquês de Patentes e Marcas Registradas (DKPTO), a Agência Dinamarquesa de Digitalização, o Ministério Dinamarquês de Relações Exteriores e a Agência Dinamarquesa de Desenvolvimento Internacional (DANIDA).

O post Ampliado acordo com Dinamarca para modernizar setor público e de PI apareceu primeiro em ABIPTI.

# EXCLUSIVO-China faz proposta sem precedentes sobre transferência de tecnologia, desafios continuam, dizem autoridades dos EUA

MUNDO

Por Jeff Mason

WASHINGTON (Reuters) - Os Estados Unidos e a China avançaram em todas as áreas sob discussão nas negociações comerciais, com um movimento sem precedentes em questões delicadas como transferência forçada de tecnologia, mas ainda existem pontos controversos, disseram à Reuters na quarta-feira autoridades dos EUA.

O representante de Comércio dos EUA, Robert Lighthizer, e o secretário do Tesouro, Steven Mnuchin, chegam a Pequim nesta quinta-feira para nova rodada de negociações com autoridades chinesas para trabalhar no acordo que pode acabar com meses de guerra comercial.

O encontro, que será seguido de uma rodada em Washington na próxima semana, é a primeira reunião frente a frente que os dois lados realizam em semanas.

A Reuters falou com quatro autoridades sêniores do governo para essa reportagem.

Uma delas disse que a China apresentou propostas que vão além do que já foi apresentado no passado, criando esperança de um acordo que os EUA insistem que precisa incluir mudanças estruturais na economia chinesa.

"Eles estão conversando sobre transferência forçada de tecnologia de uma maneira que nunca quiseram conversar antes --tanto em termos de escopo quanto

de detalhes", disse ele, sob condição de anonimato.

Washington quer que Pequim encerre práticas que diz envolver o roubo de propriedade intelectual dos EUA e a transferência forçada de tecnologia norte-americana para empresas chinesas. Os EUA querem melhor acesso aos mercados chineses para empresas norte-americanas e uma redução dos subsídios industriais da China.

A Reuters informou anteriormente que os dois lados estão trabalhando em acordos por escrito em seis áreas: transferência forçada de tecnologia e roubo cibernético, direitos de propriedade intelectual, serviços, câmbio, agricultura e barreiras não tarifárias ao comércio.

"Se você olhar os textos de um mês atrás comparado com hoje, avançamos em todas as áreas. Ainda não estamos onde queremos", disse a autoridade.

As autoridades recusaram-se a determinar um cronograma para as negociações.

"Pode ir para maio, junho, ninguém sabe. Pode acontecer em abril, não sabemos", disse outra autoridade do governo.

Ele disse que a propriedade intelectual e a aplicação de um eventual acordo continuam sendo pontos delicados.

As duas maiores economias do mundo adotaram tarifas uma sobre a outra relacionadas a centenas de bi-



Continuação: EXCLUSIVO-China faz proposta sem precedentes sobre transferência de tecnologia, desafios continuam, dizem autoridades dos EUA

lhões de dólares em produtos. A China quer que os EUA suspendam as tarifas como parte do acordo.

Washington está cauteloso em relação a tirar as tarifas. Trump disse na semana passada que os EUA podem deixar as tarifas sobre os produtos chineses por um "período substancial" para garantir o cum-

primento.

"Algumas tarifas vão ficar", disse a segunda autoridade. "Haverá alguma oferta sobre isso, mas não vamos acabar com todas as tarifas. Não podemos".

## Índice remissivo de assuntos

**Entidades**

3

**Arbitragem e Mediação**

3

**Propriedade Intelectual**

5, 15

**Patentes**

5, 13

**Pirataria**

7

**Direitos Autorais**

10

**Inovação**

13, 16

**Marco regulatório | INPI**

15